

1 Informações gerais

(a) Atividades operacionais

A Guararapes Confecções S.A. ("Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo"), constituída em 6 de outubro de 1956, é uma sociedade anônima de capital aberto com sede no Distrito Industrial de Natal – Estado do Rio Grande do Norte, registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. – BM&FBOVESPA ("BOVESPA"). A Companhia tem como objeto social:

- Indústria têxtil em geral;
- Indústria de confecções de roupas e de tecidos em geral, sua comercialização por atacado e a varejo, e exportação;
- Importação e comercialização, por atacado, de confecções e tecidos, produtos de perfumaria e esportivos, calçados, roupas de cama, mesa e banho, brinquedos, relógios e cronômetros.

Em 2013 a Guararapes Confecções S.A. abriu um escritório na cidade de Shanghai - China, para intermediar as negociações comerciais. O custo operacional na manutenção deste escritório não é significativo para a Companhia.

(b) Empresas controladas

- Lojas Riachuelo S.A. ("Lojas Riachuelo")

As Lojas Riachuelo S.A., empresa do ramo varejista e controlada da Guararapes Confecções S.A., objetiva promover a integração entre o varejo e a produção. Atualmente, absorve toda a produção da Companhia, através de suas 212 lojas presentes em todo território nacional.

- Midway Shopping Center Ltda.

A Midway Shopping Center Ltda., localizada na cidade de Natal no Estado do Rio Grande do Norte, tem por objetivo a administração de Shopping Center. O empreendimento, com instalações próprias, ocupa uma área de terreno de 67.987,71 m² e área construída de 231.000 m² dividida em 3 pavimentos.

- Riachuelo Participações Ltda.

A Riachuelo Participações Ltda., tem por objetivo principal a participação na Midway S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, intermediando as transações ocorridas nas Lojas Riachuelo S.A.

- Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Midway Financeira")

A Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento tem como objetivo estratégico realizar as operações de financiamentos aos consumidores dos produtos e serviços das Lojas Riachuelo S.A., buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte dessas operações.

- Transportadora Casa Verde Ltda.

A Transportadora Casa Verde Ltda., empresa do ramo de transportes rodoviário, tem como atividade transportar os produtos e materiais da Companhia e da controlada Lojas Riachuelo S.A. de norte a sul do país.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, instalações e maquinismo na data da transição para IFRS/CPCs e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da Controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

- CPC 26 (R1)/IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não reclassificados para o resultado em momento subsequente.
- CPC 40 (R1)/IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" - essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.

CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela controladora. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, lucros não realizados dos estoques, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva representada pelo Diretor Presidente, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Os ramos mais significativos que o Grupo usa para as tomadas de decisões são o Varejo e Financeira (Nota 24).

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não adota *hedge accounting*.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas operacionais, líquidas" se existirem.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 8 e 6).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são considerados não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas operacionais, líquidas" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito (Riachuelo e de terceiros) e de empréstimos pessoal no curso normal das atividades do Grupo. Na Controladora, referem-se substancialmente a valores a receber da controlada Lojas Riachuelo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

No caso da Lojas Riachuelo, as contas a receber de cartões de crédito (cartão Riachuelo e cartão de terceiros) e empréstimo pessoal são registrados com base nos valores nominais e ajustados a valor presente quando a administração julgar que esses ajustes apresentam um efeito relevante nas demonstrações financeiras, uma vez que as transações são de curto prazo.

No caso da Midway Financeira, as operações vencidas após 60 dias têm seus rendimentos registrados na conta “Contas a receber”, e a transferência desta para o resultado ocorrerá somente quando do efetivo recebimento dos valores vencidos.

Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não existe diferenças relevantes entre o saldo contábil do contas a receber de clientes e o seu valor justo, uma vez que em sua maioria, o saldo de contas a receber de clientes refere-se à Midway Financeira, cujos saldos estão reconhecidos pelo valor justo.

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Na avaliação da provisão, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado.

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulantes ou não circulantes, considerando o histórico do consumo.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

2.9 Propriedade para investimento

A Companhia é proprietária de empreendimento mantido para fins de renda de aluguel de longo prazo. O imóvel não é ocupado pela Companhia e está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 12.

2.10 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, instalações e maquinismo na data de transição para IFRS/CPCs, como mencionado na Nota 13. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira, se houver. O custo histórico também inclui os de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25-47
Instalações	20
Máquinas	5-17
Benfeitorias	10
Veículos	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-10

Em 2013 a controlada Midway Shopping Center Ltda. contratou uma empresa especializada em reavaliação, que apresentou um laudo estabelecendo um novo prazo de 47 anos de vida útil (correspondente a 2,1277% ao ano) para a edificação, que passou a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2013.

<u>Item</u>	<u>Taxa até 2012 - %</u>	<u>Taxa a partir de 1º/01/2013 - %</u>
Edificação	4,0000	2,1277

O efeito da redução da taxa de depreciação anual da controlada, reconhecido prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2013, foi de R\$ 5.723.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11 Ativos intangíveis

(a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

(b) Pontos Comerciais

Os pontos comerciais, da Lojas Riachuelo, adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico, e de acordo com as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, os pontos comerciais, avaliados com os prazos dos contratos de locação definidos, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos pontos comerciais registrados durante sua vida útil estimada de seis a dez anos.

(c) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda, a ser registrada no resultado, quando identificada, corresponde ao maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda do ativo. No exercício 2013 não foram identificados evidências de perdas não recuperáveis.

2.13 Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não existe diferenças relevantes entre o saldo contábil de fornecedores e o seu valor justo.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O Grupo não possui instrumentos financeiros compostos de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, que compreende a emissão de títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisões para riscos trabalhistas e tributárias

As provisões para despesas e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando:

- (i) O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) Seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança.

As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de benefícios de aposentadoria

O Grupo possui plano de contribuição definida, que consiste nas contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

O Grupo faz contribuições para o plano de previdência da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

(b) Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado no decorrer do exercício e ajustado no encerramento anual, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.18 Capital social

O capital social está totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, representadas por 62.400.000 ações nominativas, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o seu valor for mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia-se nas suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento da receita de venda de produtos quando as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

No caso da controlada indireta Midway Financeira, as receitas e as despesas das operações estão registradas de acordo com o regime de competência. O registro das operações com taxas prefixadas ocorre pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro estão apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos, enquanto o registro das receitas e despesas de natureza financeira ocorre pelo critério *pro rata* dia. As receitas com serviços prestados são diferidas e reconhecidas somente no período de sua competência.

(a) Venda de produtos

A Guararapes Confeções S.A. produz uma variedade de confeções e vende 100% de sua produção para a sua controlada Lojas Riachuelo.

O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de confeções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- . IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.
- . IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisões para perdas de inventário, redução dos valores de recuperação dos ativos, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais, e estão demonstrados a seguir:

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração avalia periodicamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão aos clientes devedores.

c.1) Aspectos específicos para a controlada Midway Financeira

Quanto à avaliação de risco de crédito, os procedimentos praticados encontram-se aderentes às normas estabelecidas pelo BACEN, conforme disposições da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Basicamente, as operações são classificadas por nível de risco, inicialmente na faixa referente ao nível de risco “A”, podendo evoluir para as faixas de maior risco, cujo limite é a faixa “H”, em função, especialmente, da decorrência de tempo de atraso dos clientes.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para fins das demonstrações financeiras segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Administração procedeu o complemento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em estudo técnico de acompanhamento da Carteira de Crédito, resultando em um acréscimo em 2013 no montante de R\$ 34.268 (R\$ 32.514 em 2012), em relação aos percentuais mínimos requeridos pelo Banco Central.

d) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 19. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir possíveis perdas.

e) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, lucro este trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. Esse estudo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

f) Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 21.3, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais do Rio Grande do Norte e do Ceará. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Atualmente a Companhia não faz nenhum tipo de proteção a possíveis variações cambiais, pois considera os seguintes aspectos: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) baixo volume de importação, onde uma maxivalorização do dólar norte-americano significaria uma redução das margens desses produtos.

A análise de sensibilidade requerida Instrução CVM nº 475/08 foi determinada com base na exposição a variações de cotação no dólar norte-americano convertidos a cotações projetadas para o exercício 2014, com base nos relatórios de inflação divulgados pelo Banco Central do Brasil. Em relação aos cenários foram utilizadas as mesmas premissas da gestão de risco da taxa de juros acima mencionada.

A Administração da Companhia não considera a possibilidade de variações significativas nas taxas de câmbio.

Taxa	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
	Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
US\$	1,23	1,84	2,45	3,06	3,68

CONSOLIDADO

CONSIDERANDO							
Operação	Moeda	Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
			Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Passivos:							
Fornecedores - Estrangeiros	2,36	20.494	10.695	15.999	21.303	26.607	31.997

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado.

Em relação às aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas, as mesmas possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que as mesmas se originaram e, portanto, os valores registrados estão próximos aos valores de mercado. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa e também como títulos e valores mobiliários, sendo neste caso classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida conforme Instrução CVM nº 475/08, considerando a exposição à variação da TJLP, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado.
- Definição do cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos.

A Companhia mantém parte substancial de equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários indexados a variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme obtidos do relatório de inflação do Banco Central do Brasil, emitido em dezembro de 2013, indica uma taxa efetiva da SELIC em 10,5%, cenário provável para 2014.

Análise de sensibilidade das variações de taxas de juros

Taxa	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
	remoto I (-50%)	possível (-25%)		possível II (+25%)	remoto II (+50%)
CDI	5,50%	8,25%	11,00%	13,75%	16,50%
TJLP	3,00%	4,50%	6,00%	7,50%	9,00%

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

CONTROLADORA

CONTRABORA

Operação	Risco	Taxa Projetada	Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
				Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Ativos:								
Títulos e valores mobiliários	CDI	11,00%	58.366	771	1.157	1.543	1.929	2.314
Total			58.366	771	1.157	1.543	1.929	2.314
Passivos:								
Empréstimos -TJLP	TJLP	6,00%	18.434	135	203	270	338	406
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,50%	1.654	9	14	18	23	27
Outros empréstimos	-	2,90%	176	1	1	1	2	2
Total			20.264	145	218	290	363	435
(*) Operações pré-fixadas não sujeitas a variações de índices								
Resultado:								
Receitas de aplicações financeiras				771	1.157	1.543	1.929	2.314
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos				(145)	(218)	(290)	(363)	(435)
Impacto no Resultado				626	940	1.253	1.566	1.879

CONSOLIDADO

Operação	Risco	Taxa Projetada	Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
				Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Ativos:								
Títulos e valores mobiliários	CDI	11,00%	185.014	2.445	3.668	4.891	6.113	7.336
Títulos e valores mobiliários	SELIC	11,00%	163.463	2.160	3.241	4.321	5.401	6.481
Total			348.477	4.606	6.909	9.211	11.514	13.817
Passivos:								
Empréstimos - TJLP	TJLP	6,00%	467.670	3.431	5.147	6.863	8.578	10.294
Empréstimos - CDI	CDI	11,00%	32.723	432	649	865	1.081	1.297
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,50%	11.782	65	98	130	163	196
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,00%	1.667	10	15	20	26	31
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,50%	8.315	56	84	112	140	168
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,00%	54.065	201	301	401	501	602
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,50%	932	4	6	8	10	12
Outros empréstimos e financiamentos	-	2,90%	176	1	1	1	2	2
Total			577.330	4.200	6.301	8.401	10.501	12.601
(*) Operações pré-fixadas não sujeitas a variações de índices								
Resultado:								
Receitas de aplicações financeiras				4.606	6.909	9.211	11.514	13.817
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos				(4.200)	(6.301)	(8.401)	(10.501)	(12.601)
Impacto no Resultado				405	608	811	1.013	1.216

(b) Risco de crédito

As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confecções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber.

A Midway Financeira, que detém os saldos a receber de clientes, apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 261.451 (R\$ 238.584 em 31 de dezembro de 2012), para cobrir os riscos de crédito.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Valor Contábil	Controladora				Total
		Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	21.574	21.574	-	-	-	21.574
Empréstimos e Financiamentos	20.264	6.145	5.690	10.499	1.147	23.481
	<u>41.838</u>	<u>27.719</u>	<u>5.690</u>	<u>10.499</u>	<u>1.147</u>	<u>45.055</u>

Operação	Valor Contábil	Consolidado				Total
		Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	244.427	244.427	-	-	-	244.427
Empréstimos e Financiamentos	577.330	172.170	154.144	262.808	43.201	632.323
	<u>821.757</u>	<u>416.597</u>	<u>154.144</u>	<u>262.808</u>	<u>43.201</u>	<u>876.750</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(d) Linhas de financiamento

	2013	2012
Saldos bancários a descoberto assegurado:		
Utilizado	386.645	508.770
Não utilizado	1.182.450	1.060.325
Saldos do BNDES a descoberto assegurado:		
Utilizado	745.858	680.557
Não utilizado	875.223	79.443

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2013, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2012, foi a de manter o índice de alavancagem financeira em torno de 6%. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2013	2012
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	577.330	624.617
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(232.914)	(297.238)
Menos: Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	(176.937)	(163.463)
Dívida líquida	167.479	163.916
Total do patrimônio líquido	2.829.123	2.526.929
Total do capital	2.996.602	2.690.845
Índice de alavancagem financeira - %	6	6

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<u>Ativos financeiros:</u>				
Disponível para venda				
Títulos e valores mobiliários	58.297	116.772	176.937	163.463
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	174	359	232.914	297.238
Contas a receber de clientes	267.248	233.906	1.522.287	1.291.437
	325.719	351.037	1.932.138	1.752.138
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<u>Passivos financeiros:</u>				
Ao custo amortizado				
Empréstimos e Financiamentos	20.264	20.538	577.330	624.617
Fornecedores	21.575	11.961	244.427	227.777
	41.839	32.499	821.757	852.394

A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não praticam instrumentos financeiros para fins especulativos.

A Administração da Companhia e de suas controladas considera que os instrumentos financeiros registrados em suas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado.

O saldo da rubrica “Empréstimos e Financiamentos” são atualizados monetariamente com base nos índices de mercado (TJLP) e taxas contratuais (Nota 16); portanto, o saldo devedor registrado no fim de cada exercício de relatório está próximo do valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários registrados pela Companhia foram classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mensuradas pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos no patrimônio líquido.

Os saldos registrados no consolidado, representados por LTF's e LTN's da controlada indireta Midway Financeira, em 31 de dezembro de 2013, estão classificados como títulos e valores mobiliários como investimentos de curto prazo, no montante de R\$ 176.937 (R\$ 163.463 em 31 de dezembro de 2012), conforme Nota 7, classificadas como disponíveis para venda e reconhecidas pelo valor justo com os ganhos e perdas não realizadas reconhecidos no patrimônio líquido.

O valor justo destes ativos financeiros foi determinado com base em modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

As contas a receber e o caixa e equivalentes de caixa são classificados como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

A mensuração no valor justo dos ativos disponíveis para venda é efetuada através de preços cotados em mercados ativos para ativo, e para ativos e passivos idênticos (Nível I).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Recursos em banco e em caixa	105	201	47.900	47.198
Depósitos bancários de curto prazo (a)	69	158	185.014	250.040
	<u>174</u>	<u>359</u>	<u>232.914</u>	<u>297.238</u>

- (a) O saldo de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2013 estava relacionado à controlada indireta Midway Financeira, e estavam aplicados em Letras Financeiras do Tesouro – LFTs (títulos públicos escriturais), indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, com conversibilidade imediata ou com o prazo original igual ou inferior a 90 dias.

7 Títulos e valores mobiliários

- (a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Letras de Câmbio - MTM	58.297	116.772	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	176.937	163.463
Total	<u>58.297</u>	<u>116.772</u>	<u>176.937</u>	<u>163.463</u>

- (b) Mapa de movimentação do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	116.772	67.374	163.463	161.942
Aplicação	14.690	75.150	-	159.289
Resgate	(78.984)	(31.622)	-	(170.052)
Reultados abrangentes	-	-	46	(974)
Juros/MTM	5.819	5.870	13.428	13.258
Saldo Final	<u>58.297</u>	<u>116.772</u>	<u>176.937</u>	<u>163.463</u>

As aplicações financeiras da Companhia no valor de R\$ 58.297 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 116.772 em 31 de dezembro de 2012) e da controlada Midway Shopping Center Ltda. no valor de R\$ 28.342 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 25.668 em 31 de dezembro de 2012), foram eliminadas na consolidação das demonstrações financeiras, uma vez que, as aplicações são efetuadas na controlada Midway Financeira.

A carteira de títulos da controlada indireta Midway Financeira estava composta por títulos públicos escriturados e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor justo dos ativos financeiros foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Os títulos públicos classificados como disponíveis para venda estavam distribuídos da seguinte forma:

Saldos em 31 de dezembro de 2013	
	LTN's
De 1 a 3 anos	117.948
De 3 a 5 anos	58.989
Valor de Mercado	176.937
Valor de aquisição	176.926
Saldo de ajuste a mercado em 2013	11
IRPJ e CSLL	(4)
Ajuste a mercado líquido em 2013	7
Saldos em 31 de dezembro de 2012	
	LTN's
De 1 a 3 anos	54.484
De 3 a 5 anos	108.979
Valor de Mercado	163.463
Valor de aquisição	163.528
Saldo de ajuste a mercado em 2012	(65)
IRPJ e CSLL	26
Ajuste a mercado líquido em 2012	(39)
Variação no exercício de 2013	46

8 Contas a receber de clientes

(a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Empresa controlada (*)	266.743	233.525	-	-
Cartões de créditos e outros	605	481	1.783.838	1.530.121
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(100)	(100)	(261.551)	(238.684)
Total	267.248	233.906	1.522.287	1.291.437

(*) Refere-se ao saldo de contas a receber com a controlada Lojas Riachuelo. O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de produtos é de 30 a 60 dias da data do faturamento.

(b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(100)	(175.532)
Constituições	-	(180.066)
Baixas	-	116.914
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(100)	(238.684)
Constituições	-	(185.154)
Baixas	-	162.287
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(100)	(261.551)

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2013 é composto por R\$ 100 (em 2012 - R\$ 100) da Companhia e R\$ 261.451 (R\$ 238.584 em 2012) da Midway Financeira.

- (c) Composição das operações nos correspondentes níveis de risco/qualidade do crédito da Midway Financeira

2013			
Nível de Risco/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações
A	1.060.806	-	1.060.806
B	30.516	16.938	47.454
C	21.824	21.759	43.583
D	15.534	19.581	35.115
E	11.114	20.767	31.881
F	7.099	19.772	26.871
G	4.501	16.953	21.454
H	25.093	153.474	178.567
Total	1.176.487	269.244	1.445.731

2012			
Nível de Risco/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações
A	897.944	-	897.944
B	25.502	13.496	38.998
C	22.140	18.358	40.498
D	14.661	16.580	31.241
E	10.145	19.160	29.305
F	7.324	20.443	27.767
G	4.522	18.031	22.553
H	18.842	139.547	158.389
Total	1.001.080	245.615	1.246.695

- (d) Renegociações da Midway Financeira

As operações renegociadas totalizaram o montante de R\$ 136.971 (R\$ 97.251 em 2012) no exercício. Os recebimentos de operações recuperadas totalizaram o montante de R\$ 23.752 (R\$ 23.442 em 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos de contas a receber por data de vencimento estavam assim apresentados:

I - Empresas controladas

	2013	2012
A vencer de 61 a 90 dias	61.875	48.891
A vencer de 31 a 60 dias	105.211	85.784
A vencer até 30 dias	99.561	98.822
Total a vencer	266.647	233.497
Vencidos até 30 dias	82	-
Vencidos de 61 a 90 dias	14	28
Total vencido	96	28
Total	266.743	233.525

Em 12 de dezembro de 2013, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 300.000, para aumento do capital social na controlada Lojas Riachuelo, que foi totalmente integralizado com a emissão de 194.116 mil novas ações (Nota 11).

II – Cartões de créditos e outros

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
A vencer há mais de 180 dias	-	-	90.869	84.698
A vencer de 91 e 180 dias	16	105	240.685	234.440
A vencer de 61 e 90 dias	16	42	174.011	153.863
A vencer de 31 e 60 dias	45	65	227.907	187.687
A vencer até 30 dias	146	188	779.566	622.883
Total a vencer	223	400	1.513.038	1.283.571
Vencidos até 30 dias	69	66	20.203	16.381
Vencidos de 31 e 60 dias	50	14	25.466	21.809
Vencidos de 61 e 90 dias	60	-	22.017	18.745
Vencidos de 91 e 180 dias	102	-	59.615	51.894
Vencidos há mais de 180 dias	101	1	143.499	137.721
Total Vencido	382	81	270.800	246.550
Total	605	481	1.783.838	1.530.121

9 Estoques

(a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados e mercadorias para revenda	2.481	2.156	355.819	314.132
Produtos em elaboração	24.211	26.199	24.211	26.199
Matérias-primas	64.046	66.170	64.046	66.170
Materiais secundários e outros	49.847	49.061	70.813	63.371
Importação em andamento	12.245	31.411	51.877	75.212
Materiais em trânsito	661	1.593	661	1.593
Provisão para perdas de inventário	-	-	(8.773)	(9.114)
Total	153.491	176.590	558.654	537.563

(b) Mapa de movimentação da Provisão para perdas de inventário

O valor da “Provisão para perdas de inventário” refere-se às prováveis perdas de inventário na controlada Lojas Riachuelo, estimada com base no percentual de histórico de perda na execução do inventário físico de lojas e Centros de Distribuição, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis, conforme descrito a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(5.265)
Constituições	(5.604)
Baixa da provisão por utilização	1.755
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(9.114)
Constituições	(2.125)
Baixa da provisão por utilização	2.466
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(8.773)

O custo dos estoques reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totalizou R\$ 600.469 (R\$ 569.460 em 2012) na controladora e R\$ 1.651.885 (R\$ 1.474.969 em 2012) no consolidado.

10 Tributos a recuperar

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – Ativo Imobilizado	(a)	939	950	9.777	11.041
ICMS a compensar	(b)	-	-	39.864	21.357
Imposto de Renda	(c)	7.427	930	43.663	40.516
Contribuição Social	(d)	8.322	1	8.384	1
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS a compensar	(e)	-	1.455	48.646	33.733
INSS a recuperar	(f)	-	-	5.382	-
Imposto Produtos Industrializados - IPI	(g)	952	266	952	266
Outros		-	-	13.077	12.696
Total		<u>17.640</u>	<u>3.602</u>	<u>169.745</u>	<u>119.610</u>
Circulante		16.904	2.723	89.817	60.735
Não Circulante		736	879	79.928	58.875

- (a) Representa os valores de créditos de ICMS proferida pela Lei Complementar nº 102/2000 referente a compra de ativo imobilizado, a serem apropriados na apuração do ICMS na razão 1/48 avos.
- (b) Créditos de ICMS a serem recuperados na apuração do mês seguinte. O aumento nos créditos de ICMS no consolidado foi decorrente da elevação do volume de compras da controlada Lojas Riachuelo na formação do estoque, para o evento “Moda casa”.
- (c) Imposto de renda sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e saldo de imposto de renda pago antecipadamente, a serem compensados durante o exercício de 2014.
- (d) Saldo de contribuição social pago antecipadamente, a serem compensados durante o exercício de 2014.
- (e) PIS e COFINS referente a compra de equipamentos na Controladora que são aproveitados, conforme art. 4, Inciso XII da lei nº 12.546/2011. No consolidado, o aumento deve-se à formação do estoque, para o evento “Moda casa” e pelo reconhecimento do PIS e COFINS nas aquisições de imobilizado pela controlada Lojas Riachuelo.
- (f) Contribuição ao INSS da Controlada Lojas Riachuelo S.A. a compensar
- (g) Créditos de IPI a compensar oriundos da compra de matérias-primas e insumos pela controladora, que a cada trimestre são compensados através do recolhimento dos tributos federais via PERDCOMP, principalmente relacionados ao PIS e a COFINS.

11 Investimentos

(a) Controladora

Descrição	2013	2012
Empresas controladas	2.072.334	1.675.149
Lucros dos estoques não realizados	(37.274)	(35.097)
Total dos investimentos	<u>2.035.060</u>	<u>1.640.052</u>

Participações em controladas

Controladas no Brasil	Atividade	Situação	Ações ou quotas detidas (em milhares) ordinárias - 31/12/2013	Participação e capital votante em 31/12/2013
Lojas Riachuelo S.A.	Varejo	Ativa	905.876	100,00
Midway Shopping Center Ltda.	Shopping	Ativa	200.000	100,00
Transportadora Casa Verde Ltda.	Transporte	Ativa	0,20	99,50 (*)
Midway S.A. – Crédito				
Financiamento e Investimento	Financeiro	Ativa	50.000	0,01 (**)
Riachuelo Participações Ltda.	Participações	Ativa	-	- (***)

(*) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 0,50% de participação.

(**) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui o controle com 99,99%.

(***) A controladora possui uma quota e a controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 50.004.999 quotas.

(b) Mapa de movimentação do saldo

A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

	Lojas Riachuelo S.A.	Lucros dos estoques não realizado	Midway Shoppng Center Ltda.	Transp. Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.122.933	(40.388)	203.944	8.299	31	1.294.819
Aumento de Capital (*)	250.000	-	-	-	-	250.000
Equivalência patrimonial	117.373	5.291	27.556	33	10	150.263
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	(974)	-	-	-	-	(974)
Dividendos	(27.878)	-	(26.178)	-	-	(54.056)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.461.454	(35.097)	205.322	8.332	41	1.640.052
Aumento de Capital (*)	300.000	-	-	-	-	300.000
Equivalência patrimonial	126.551	(2.177)	29.669	(852)	12	153.203
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	46	-	-	-	-	46
Dividendos	(30.056)	-	(28.185)	-	-	(58.241)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>1.857.995</u>	<u>(37.274)</u>	<u>206.806</u>	<u>7.480</u>	<u>53</u>	<u>2.035.060</u>

(*) Em 12 de dezembro de 2013, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 300.000, para aumento do capital social na controlada Lojas Riachuelo, que foi totalmente integralizado com a emissão de 194.116 mil novas ações.

(c) Informações sobre as investidas

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

I – Balanço patrimonial sintético

	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
31 de dezembro de 2013				
Circulante				
Ativo	1.543.628	40.077	8.234	1.652.889
Passivo	(1.023.313)	(35.661)	(1.322)	(1.173.664)
Ativo circulante líquido	520.315	4.416	6.912	479.225
Não circulante				
Ativo	1.803.207	212.282	605	56.541
Passivo	(465.527)	(9.893)	-	(3.953)
Ativo não circulante líquido	1.337.680	202.389	605	52.588
Patrimônio líquido	1.857.995	206.805	7.517	531.813

	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
31 de dezembro de 2012				
Circulante				
Ativo	1.443.971	35.630	8.746	1.519.898
Passivo	(880.824)	(30.866)	(1.055)	(1.156.854)
Ativo circulante líquido	563.147	4.764	7.691	363.044
Não circulante				
Ativo	1.411.834	214.497	683	51.557
Passivo	(513.527)	(13.939)	-	(3.342)
Ativo não circulante líquido	898.307	200.558	683	48.215
Patrimônio líquido	1.461.454	205.322	8.374	411.259

II – Demonstração do resultado sintético

31 de dezembro de 2013	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
Receitas	3.296.597	50.854	15.232	727.871
Despesas operacionais	(3.163.471)	(8.556)	(16.563)	(530.247)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	133.126	42.298	(1.331)	197.624
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(6.575)	(12.629)	474	(77.116)
Lucro (Prejuízo) líquido	126.551	29.669	(857)	120.508
Dividendos/Lucros de controladas	30.056	28.185	-	-
31 de dezembro de 2012	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
Receitas	2.803.623	48.246	14.528	700.062
Despesas operacionais	(2.681.981)	(14.275)	(14.508)	(518.955)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	121.642	33.971	20	181.107
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(4.263)	(6.415)	13	(71.100)
Lucro (Prejuízo) líquido	117.379	27.556	33	110.007
Dividendos/Lucros de controladas	27.878	26.178	-	-

12 Propriedade para investimento

(a) Composição do saldo

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 28, as propriedades mantidas para auferir aluguel e/ou valorização de capital devem ser registradas como propriedade para investimento. A propriedade para investimento corresponde ao empreendimento Midway Mall e foi inicialmente mensurada pelo seu custo e a Administração da Companhia decidiu manter este método de avaliação, por refletir seu negócio de forma mais apropriada.

		Consolidado		
		2013		2012
Vida útil estimada (em anos)		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Propriedade para investimento construída	2 a 47	280.040	(67.905)	212.135
				214.391

Em 2013 a controlada Midway Shopping Center Ltda. contratou uma empresa especializada em reavaliação, que apresentou um laudo estabelecendo um novo prazo de 47 anos de vida útil (correspondente a 2,1277% ao ano) para a edificação, que passou a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2013.

Item	Taxa até 2012 - %	Taxa a partir de 01/01/2013 - %
Edificação	4,0000	2,1277

O efeito da redução da taxa de depreciação anual da controlada foi de R\$ 5.723.

(b) Mapa de movimentação do saldo

	Consolidado	
	2013	2012
Saldo inicial	214.391	222.301
Adições	4.805	4.683
Depreciações	(6.812)	(12.205)
Baixas	(249)	(388)
Saldo final	212.135	214.391

A despesa com depreciação no montante de R\$ 6.812 (R\$ 12.205 em 2012), encontra-se registrada como despesas gerais e administrativas.

Os principais valores reconhecidos no resultado do exercício em relação às propriedades para investimentos estão a seguir:

Descrição	2013	2012
Receitas	50.854	48.246
Despesas operacionais	(8.556)	(14.275)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	42.298	33.971
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(12.629)	(6.415)
Lucro (Prejuízo) líquido	29.669	27.556
Dividendos/Lucros de controladas	28.185	26.178

A propriedade para investimento está livre de quaisquer restrições quanto à possibilidade de alienação.

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens de propriedade de investimento.

(c) Metodologia para determinação do valor justo

A avaliação da propriedade para investimento foi preparada de acordo com os dados divulgados pela Morning Star Inc, sediada nos Estados Unidos, bem como algumas projeções e taxas divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo) da propriedade para investimento em operação envolveu a elaboração de premissas relacionadas a projeções de ganhos e perdas para 10 anos da propriedade para investimento, adicionadas ao valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do último ano projetado com alguns ajustes no fluxo de caixa e uma taxa de crescimento. Essas projeções são descontadas para a data base da avaliação a uma taxa de desconto correspondente ao retorno mínimo esperado para um ativo de risco semelhante.

As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade projetada segue uma razoabilidade de performance de mercado atrelada aos resultados recentes da operação.

As projeções foram realizadas de forma nominal, ou seja, os efeitos inflacionários foram considerados, sendo utilizado como indicador de reajuste dos preços o IGP-DI, tendo como base as projeções oficiais obtidas no website do Banco Central do Brasil.

Tais projeções refletem a melhor estimativa da Administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade.

Após realização do estudo econômico-financeiro, foi determinado um valor justo no montante de R\$ 659.689 para a data de 31 de dezembro de 2013 (R\$ 575.733 em 31 de dezembro de 2012).

13 Imobilizado

(a) Composição do saldo

	Vida útil estimada (em anos)	Controladora		
		2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis comerciais	25	457.711	(99.679)	358.032
Imobilizado para uso	5 a 25	438.333	(204.877)	233.456
Total		896.044	(304.556)	591.488

	Vida útil estimada (em anos)	Consolidado		
		2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis comerciais	25	457.711	(99.679)	358.032
Imobilizado para uso	5 a 25	2.276.602	(964.177)	1.312.425
Total		2.734.313	(1.063.856)	1.670.457

13.1 Imóveis Comerciais

(a) Composição do saldo

	Vida útil estimada (em anos)	Controladora		
		2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	215.203	-	215.203
Edifícios	25	241.984	(99.679)	142.305
Obras em andamento		524	-	524
Total		457.711	(99.679)	358.032

(b) Mapa de movimentação do saldo

	Controladora			
	Imóveis comerciais			Total
	Terrenos	Edifícios	Obras em andamento	
<u>Custo</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	217.565	229.552	5.311	452.428
Adições	50	-	5.668	5.718
Baixas	(2.981)	(1.006)	-	(3.987)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	214.634	228.546	10.979	454.159
Adições	-	3.328	224	3.552
Baixas	569	10.110	(10.679)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	215.203	241.984	524	457.711
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	(88.032)	-	(88.032)
Despesa de depreciação	-	(6.011)	-	(6.011)
Baixas	-	421	-	421
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	(93.622)	-	(93.622)
Despesa de depreciação	-	(6.057)	-	(6.057)
Baixas	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(99.679)	-	(99.679)
Saldos líquidos em:				
31 de dezembro de 2012	214.634	134.924	10.979	360.537
31 de dezembro de 2013	215.203	142.305	524	358.032

13.2 Imobilizado para uso**(a) Composição do saldo**

	Vida útil estimada (em anos)	Controladora			
		2013		2012	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis	25	112.405	(42.001)	70.404	62.894
Máquinas	16,6	253.156	(122.548)	130.608	132.984
Instalações	20	33.006	(17.112)	15.894	13.124
Móveis e utensílios (*)	5 a 10	34.504	(21.939)	12.565	12.186
Veículos e transportes	5	2.555	(1.277)	1.278	470
Imobilizações em curso	-	2.707	-	2.707	12.816
Total		438.333	(204.877)	233.456	234.474

(*) Do custo de Móveis e utensílios da controladora no valor de R\$ 34.504, R\$ 9.665 possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 24.839, de 10 anos.

	Vida útil estimada (em anos)	2013			Consolidado
		2013		2012	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis	25	112.405	(42.001)	70.404	62.894
Benfeitoria imóveis terceiros	10	852.263	(235.815)	616.448	435.018
Máquinas	16,6	253.156	(122.547)	130.609	132.985
Instalações	20	493.657	(304.039)	189.618	216.466
Móveis e utensílios (**)	5 a 10	393.701	(195.455)	198.246	133.977
Veículos e transportes	5	138.962	(64.320)	74.642	15.678
Imobilizado em curso	-	32.458	-	32.458	82.595
Total		2.276.602	(964.177)	1.312.425	1.079.613

(**) Do custo de Móveis e utensílios do consolidado, R\$ 393.701, R\$ 171.486 possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 222.219, de 10 anos.

(b) Mapa de movimentação do saldo

	Imobilizado						Controladora
	Imóveis	Máquinas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes	Imobilização em curso	Total
<u>Custo</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2011	101.590	240.427	28.714	28.941	1.487	6.138	407.297
Adições	-	10.711	783	2.342	196	10.467	24.499
Baixas	(498)	(6.802)	(8)	(149)	(34)	(2.613)	(10.104)
Transferências	221	662	-	293	-	(1.176)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	101.313	244.998	29.489	31.427	1.649	12.816	421.692
Adições	-	9.808	437	2.160	1.028	5.201	18.634
Baixas	-	(1.841)	(11)	(1)	(122)	(18)	(1.993)
Transferências	11.092	191	3.091	918	-	(15.292)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	112.405	253.156	33.006	34.504	2.555	2.707	438.333
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(35.367)	(101.824)	(15.522)	(16.726)	(1.078)	-	(170.517)
Despesa de depreciação	(3.500)	(13.486)	(851)	(2.538)	(135)	-	(20.510)
Baixas	448	3.296	8	23	34	-	3.809
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(38.419)	(112.014)	(16.365)	(19.241)	(1.179)	-	(187.218)
Despesa de depreciação	(3.582)	(12.288)	(758)	(2.699)	(221)	-	(19.548)
Baixas	-	1.754	11	1	123	-	1.889
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(42.001)	(122.548)	(17.112)	(21.939)	(1.277)	-	(204.877)
<u>Saldos líquidos em:</u>							
31 de dezembro de 2012	62.894	132.984	13.124	12.186	470	12.816	234.474
31 de dezembro de 2013	70.404	130.608	15.894	12.565	1.278	2.707	233.456

	Consolidado							
	Imobilizado							
	Imóveis	Benfeitorias imóveis terceiros	Máquinas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes	Imobilização em curso	Total
Custo								
Saldos em 31 de dezembro de 2011	101.590	484.458	240.427	489.372	258.410	58.201	32.344	1.664.802
Adições	-	9.138	10.711	783	4.120	13.455	212.552	250.759
Baixas	(498)	(5)	(6.801)	(7)	(3.370)	(448)	(2.752)	(13.881)
Transferências	221	116.695	662	-	42.015	(44)	(159.549)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	101.313	610.286	244.999	490.148	301.175	71.164	82.595	1.901.680
Adições	-	71.429	9.807	436	10.550	2.784	287.672	382.678
Baixas	-	(163)	(1.841)	(17)	(5.405)	(313)	(17)	(7.756)
Transferências	11.092	170.711	191	3.090	87.381	65.327	(337.792)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	112.405	852.263	253.156	493.657	393.701	138.962	32.458	2.276.602
Depreciação acumulada								
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(35.367)	(130.600)	(101.824)	(242.746)	(144.571)	(52.555)	-	(707.663)
Despesa de depreciação	(3.500)	(44.673)	(13.486)	(30.949)	(25.779)	(3.329)	-	(121.716)
Baixas	448	5	3.296	13	3.152	398	-	7.312
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(38.419)	(175.268)	(112.014)	(273.682)	(167.198)	(55.486)	-	(822.067)
Despesa de depreciação	(3.582)	(60.555)	(12.288)	(30.374)	(33.623)	(9.078)	-	(149.500)
Baixas	-	8	1.755	17	5.366	244	-	7.390
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(42.001)	(235.815)	(122.547)	(304.039)	(195.455)	(64.320)	-	(964.177)
Saldos líquidos em:								
31 de dezembro de 2012	62.894	435.018	132.985	216.466	133.977	15.678	82.595	1.079.613
31 de dezembro de 2013	70.404	616.448	130.609	189.618	198.246	74.642	32.458	1.312.425

O montante de adição no imobilizado refere-se basicamente a controlada Lojas Riachuelo, que inaugurou 43 novas lojas e treze remodelações durante o exercício de 2013.

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens do imobilizado.

13.3 Depreciação

A Companhia e a controlada Lojas Riachuelo, efetuaram a última revisão da vida útil estimada de seu ativo imobilizado para o exercício de 2013, com o auxílio dos engenheiros da Companhia. Até 31 de dezembro de 2013, não houve alteração em relação às vidas úteis adotadas em 2012. A Companhia procede a esta revisão anualmente.

A depreciação foi apropriada ao custo de produção e mercadorias vendidas e despesas do exercício.

13.4 Adoção do custo atribuído

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10 e pelo CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela atribuição do custo atribuído para o ativo imobilizado.

As controladas não optaram pela adoção da prática do custo atribuído, pois na análise efetuada pela Administração para os bens relevantes registrados no imobilizado, tais como instalações, bens de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros, concluiu-se que o custo histórico se aproximava do valor justo e, portanto, não se aplicava a adoção a essa prática. Tal conclusão deve-se aos seguintes aspectos:

- As lojas locadas a Lojas Riachuelo são submetidas a reformas periódicas com o objetivo de modernizá-las e torná-las adequadas e atrativas ao seu público. Nos últimos cinco anos, cerca de 60% das lojas da Lojas Riachuelo foram remodeladas ou inauguradas;
- As instalações dos Centros de Distribuição foram recentemente reformadas, visando adequar ao modelo de gestão dos estoques; e
- As instalações da Matriz foram reformadas e modernizadas em 2006 e em 2013.

Na controladora, em 1º de janeiro de 2009, os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por empresa independente e pelos engenheiros da Companhia, gerando um acréscimo de R\$ 279.741 ao custo do ativo imobilizado na Controladora e no Consolidado. Sobre esse valor foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos nos passivos de R\$ 95.111 na controladora e no consolidado, e que estão demonstrados a seguir:

	<u>Custo atribuído</u>	<u>Efeitos Tributários</u>	<u>Líquido em 01/01/2009</u>
Terrenos	149.167	50.717	98.450
Edifícios	49.287	16.758	32.529
Máquinas	71.922	24.453	47.469
Instalações	9.365	3.183	6.182
Total	<u>279.741</u>	<u>95.111</u>	<u>184.630</u>

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes no montante de R\$ 184.630. Em 31 de dezembro de 2013, os saldos são R\$ 242.985 e R\$ 82.598 apresentando um saldo líquido de R\$ 160.387 (em 31 de dezembro de 2012, os saldos são R\$ 249.723 e R\$ 84.888, apresentando um saldo líquido de R\$ 164.835).

13.5 Imobilizações em andamento

Consolidado:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros

As benfeitorias em imóveis de terceiros compreendem, substancialmente, gastos com a reforma ou adaptação das lojas, amortizáveis entre cinco e dez anos.

- Construções em andamento

Refere-se a investimentos na abertura e reforma de lojas, além de melhorias nos centros de distribuição.

13.6 Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado, intangível e outros ativos ao seu valor de recuperação.

14 Intangível

(a) Composição do saldo

				Controladora	
				2013	2012
Vida útil estimada (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor Líquido	
Marcas e patentes	-	70	-	70	70
Gastos com implantação	5	2.312	(963)	1.349	1.811
Total		<u>2.382</u>	<u>(963)</u>	<u>1.419</u>	<u>1.881</u>

				Consolidado	
				2013	2012
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	951	-	951	822
Pontos comerciais	(*)	38.462	(10.173)	28.289	22.010
Software	5	83.508	(61.280)	22.228	15.010
Gastos com implantação	5	2.359	(1.011)	1.348	1.811
Total		125.280	(72.464)	52.816	39.653

(*) Representado por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia e fundamentado na existência de ponto comercial onde se localizam as lojas da Riachuelo.

Do montante do custo registrado como fundo de comércio, o valor de R\$ 3.000, refere-se a um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo, enquanto o direito de uso pago pela utilização da infraestrutura do imóvel, R\$ 35.462, é amortizável entre seis e dez anos, de acordo com os prazos dos contratos de aluguel.

(b) Mapa de movimentação do saldo

As movimentações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

		Controladora		
		Marcas e patentes	Gastos com implantação	Total
<u>Custo</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2011		70	2.312	2.382
Saldos em 31 de dezembro de 2012		70	2.312	2.382
Saldos em 31 de dezembro de 2013		70	2.312	2.382
<u>Amortização</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2011		-	(39)	(39)
Despesas com amortização		-	(462)	(462)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		-	(501)	(501)
Despesas com amortização		-	(462)	(462)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		-	(963)	(963)
<u>Saldos líquidos em:</u>				
31 de dezembro de 2012		70	1.811	1.881
31 de dezembro de 2013		70	1.349	1.419

	Consolidado				
	Marcas e patentes	Pontos comerciais	Software	Gastos com implantação	Total
<u>Custo</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2011	787	25.329	61.951	2.359	90.426
Adições	35	4.522	4.073	-	8.630
Transferências	-	-	687	-	687
Saldos em 31 de dezembro de 2012	822	29.851	66.711	2.359	99.743
Adições	129	8.611	16.797	-	25.537
Saldos em 31 de dezembro de 2013	951	38.462	83.508	2.359	125.280
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	(6.417)	(43.210)	(86)	(49.713)
Despesa de amortização	-	(1.424)	(7.804)	(462)	(9.690)
Transferências	-	-	(687)	-	(687)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	(7.841)	(51.701)	(548)	(60.090)
Despesa de amortização	-	(2.332)	(9.579)	(463)	(12.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(10.173)	(61.280)	(1.011)	(72.464)
<u>Saldos líquidos em:</u>					
31 de dezembro de 2012	822	22.010	15.010	1.811	39.653
31 de dezembro de 2013	951	28.289	22.228	1.348	52.816

As adições de softwares no montante R\$ 16.797 no consolidado do exercício de 2013, referem-se basicamente da controlada Lojas Riachuelo, que apresentou uma aquisição de R\$ 16.753, referente a diversos softwares para a matriz, para as novas lojas e para o Call Center.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Nacionais	21.575	11.961	223.933	203.708
Estrangeiros	-	-	20.494	24.069
Total	21.575	11.961	244.427	227.777

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólar norte-americano e atualizados até a data final de cada exercício.

16 Empréstimos e financiamentos

Moeda Nacional		Nota	Instituição Financeira	Vencimento	Controladora		Consolidado	
Juros de					2013	2012	2013	2012
102,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2014	-	-	-	32.723	28.233
2,9% a 9,7% a.a. pré-fixada	(b)	Diversos - Guararapes	Até 2012	176	161	176	161	
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	-	441.197	540.808
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(d)	BNDES - Midway Shopping	Até 2017	-	-	-	8.087	10.710
4,50% a.a.	(e)	BNDES - Guararapes	Até 2017	1.702	2.239	1.702	2.239	
4,50% a.a.	(e)	BNDES - Midway Shopping	Até 2017	-	-	-	292	387
4,50% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	-	9.788	12.901
5,00% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2018	-	-	-	1.667	2.021
5,50% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	-	8.315	9.019
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(f)	BNDES - Guararapes	Até 2019	18.386	18.138	18.386	18.138	
3,00% a.a.	(h)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	Até 2023	-	-	-	54.065	-
3,50% a.a.	(i)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	Até 2023	-	-	-	932	-
Total					20.264	20.538	577.330	624.617
Circulante					5.057	3.872	170.658	148.349
Não-circulante					15.207	16.666	406.672	476.268

- (a) Corresponde aos empréstimos tomados pela Midway Financeira, junto às pessoas físicas e jurídicas com a finalidade de elevar seus níveis de capital de giro.
- (b) Estão representados pelos financiamentos celebrados entre a Companhia. e as instituições financeiras Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., referentes aos incentivos do ICMS (PROADI no Rio Grande do Norte e PROVIN no Ceará).
- (c) Recursos utilizados para o capital de giro na reforma e expansão da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo.
- (d) Recursos utilizados pela controlada Midway Shopping Center Ltda. na expansão do piso L3 e na construção do Teatro Riachuelo. Os juros apurados durante a construção do teatro foram capitalizados. Após a conclusão da expansão e do teatro, os juros passaram ser alocados diretamente na despesa financeira.
- (e) Recursos liberados à Companhia para a compra de equipamentos para a unidade fabril de Natal e também para a compra de equipamentos no Midway Shopping Center Ltda. na expansão do piso L3 e na montagem do Teatro Riachuelo.
- (f) Recursos liberados à Companhia para ampliação da unidade de Fortaleza/CE e a construção do prédio em Natal/RN onde está instalada o “Call Center” da Lojas Riachuelo.
- (g) Recursos utilizados para compra de equipamentos na reforma e expansão da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo
- (h) Financiamento da aquisição de uma nova aeronave através do banco Bradesco pela controlada Lojas Riachuelo S.A., para tornar mais ágeis as viagens de acompanhamento das novas lojas inauguradas e a inaugurar.
- (i) Financiamento das aquisições de paleteiras através do banco Santander pela controlada Lojas Riachuelo S.A., para tornar mais ágeis as viagens de acompanhamento das novas lojas inauguradas e a inaugurar.

Todos os contratos firmados com o BNDES têm aval dos acionistas controladores e possuem vencimentos previstos até 2019.

Os índices das cláusulas contratuais restritivas - “covenants” são calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas, e estão apresentadas a seguir:

- Manter a margem EBITDA Adaptada(*) não inferior a 12%. A margem EBITDA Adaptada(*) corresponde ao somatório de EBITDA com as receitas financeiras, dividido pela receita líquida. Todas as premissas para o cálculo da margem EBITDA Adaptada são estabelecidas pelo BNDES, conforme cláusulas contratuais. Em 31 de dezembro 2013 a margem EBITDA Adaptada era de 19,4%;
- A relação Dívida Líquida/Ativo Total deve atender a um índice de até 33%. Em 31 de dezembro de 2013 a relação era de 6,2%;
- Controlar a liquidez corrente num índice mínimo de 1,10. Em 31 de dezembro de 2013 a liquidez corrente era de 2,11.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas cumpriram com os respectivos “covenants”.

(*) Termo e metodologia utilizados de acordo com as condições contratuais estabelecidas entre a Companhia e a instituição financeira.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos é próximo ao seu saldo contábil, uma vez, que o impacto do desconto não é significativo.

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2011	786	2.180	137.105	426.025
Captações	967	18.816	31.478	167.516
Juros	1.068	-	50.414	-
Transferências	4.330	(4.330)	117.273	(117.273)
Amortização de Juros	(997)	-	(47.323)	-
Pagamento de principal	(2.282)	-	(140.598)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.872	16.666	148.349	476.268
Captações	1.010	3.200	39.391	68.501
Juros	1.451	-	45.437	-
Transferências	4.659	(4.659)	138.097	(138.097)
Amortização de Juros	(1.305)	-	(46.118)	-
Pagamento de principal	(4.630)	-	(154.498)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.057	15.207	170.658	406.672

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Ano de Vencimento	Controladora	Consolidado
2014	5.057	170.658
2015	4.728	129.513
2016	3.899	119.684
2017	3.176	69.863
2018	2.288	46.754
2019	1.116	21.862
2020 a 2023	-	18.996
Total	20.264	577.330

17 Salários, provisões e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Provisão de férias e encargos	17.466	12.709	60.547	51.620
Salários a pagar	20	67	3.253	2.209
FGTS a recolher	1.931	1.935	7.568	6.210
INSS a recolher	3.357	3.914	10.488	15.472
PIS a recolher	710	552	9.812	9.983
COFINS a recolher	3.270	2.543	46.019	49.724
Encargos de rescisão	1.470	506	1.470	506
Participações nos lucros	-	-	35.201	11.130
Outros	57	113	5.697	3.598
Total	28.281	22.339	180.055	150.452

18 Obrigações com administradores de cartões

A controlada Lojas Riachuelo, por meio da Midway Financeira, oferece o cartão embandeirado aos seus clientes com as bandeiras Visa e Mastercard. O saldo de R\$ 229.694 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 147.814 em 31 de dezembro de 2012) representa as contas a pagar com as adquirentes de cartão de crédito, decorrentes da utilização, pelos seus clientes, do cartão “co-branded” em transações de compra de produtos no varejo em geral, as quais são repassadas as respectivas adquirentes em um prazo de 27 dias da data da transação.

19 Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas direta e indireta são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, que envolvem responsabilidades contingentes. A administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

(a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Provisão por natureza				
Trabalhistas	-	-	5.087	4.322
Fiscais	76.034	62.137	132.456	105.201
Cíveis	-	-	8.739	8.045
Processuais	2.200	-	2.200	-
	78.234	62.137	148.482	117.568
Depósito judicial				
Fiscais	(74.973)	(61.312)	(74.973)	(61.312)
Total	3.261	825	73.509	56.256

(b) Mapa de movimentação do saldo

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é a seguinte:

	Controladora				
	Fiscal	Depósito	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	50.657	(45.364)	5.293		
Constituições	8.082	-	8.082		
Pagamentos	-	(9.409)	(9.409)		
Encargos	3.398	(6.539)	(3.141)		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	62.137	(61.312)	825		
Constituições	12.118	-	12.118		
Pagamentos	-	(9.215)	(9.215)		
Encargos	3.979	(4.446)	(467)		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	78.234	(74.973)	3.261		

					Consolidado	
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	89.296	6.914	8.611	104.821	(45.364)	59.457
Constituição	9.572	2.315	871	12.758	-	12.758
Pagamento	-	(5.606)	(2.674)	(8.280)	(9.409)	(17.689)
Encargos	6.333	699	1.237	8.269	(6.539)	1.730
Saldo em 31 de dezembro de 2012	105.201	4.322	8.045	117.568	(61.312)	56.256
Constituição	22.032	1.798	1.579	25.409	-	25.409
Pagamento	-	(1.034)	(884)	(1.918)	(9.215)	(11.133)
Encargos	7.423	-	-	7.423	(4.446)	2.977
Saldo em 31 de dezembro de 2013	134.656	5.086	8.740	148.482	(74.973)	73.509

(c) Processos tributários

(c.1) Controladora

(c.1.1) Processos de natureza fiscal provisionados

- Processo 2007.84.00.001176-6 – PIS/COFINS sobre ICMS

Em 2007, a Companhia impetrou ação na Justiça Federal do Rio Grande do Norte, arguindo a inconstitucionalidade do pagamento do PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre ICMS embutido no preço de venda.

A Companhia obteve liminar para suspender tais pagamentos, portanto passou a constituir a provisão para riscos trabalhista, fiscais e cíveis no passivo não circulante.

Em janeiro de 2011, a liminar foi cassada e a Companhia para recorrer da decisão efetuou depósito judicial no mês de fevereiro de 2011 no valor de R\$ 34.174, que acumulado até 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$ 72.657 (até 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$ 58.476). Os saldos provisionados em 31 de dezembro de 2013 foram atualizados pela taxa SELIC e montam em R\$ 12.739 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 10.257) para o PIS e R\$ 58.937 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 47.522) para a COFINS, ambos registrados na conta de Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis. O processo encontra-se em tramitação na 3ª Vara Federal do RN.

- Outros processos

A Companhia possui ações questionando a cobrança do valor da contribuição do INCRA e a inclusão de verbas indenizatórias na base de cálculo do INSS. Em 31 de dezembro de 2013, a provisão totalizava R\$ 4.358. Com relação a esses processos, foi efetuado um depósito judicial de R\$ 2.316.

<u>Provisionado</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito Judicial</u>	<u>Líquido</u>
Processo 2007.84.00.001176-6 - PIS/COFINS sobre ICMS	71.676	(72.657)	(981)
INCRA/INSS	4.358	(2.316)	2.042
Processuais	2.200	-	2.200
Total em 31 de dezembro de 2013	<u>78.234</u>	<u>(74.973)</u>	<u>3.261</u>

<u>Provisionado</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito Judicial</u>	<u>Líquido</u>
Processo 2007.84.00.001176-6 - PIS/COFINS sobre ICMS	57.779	(58.476)	(697)
INCRA/INSS	4.358	(2.836)	1.522
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>62.137</u>	<u>(61.312)</u>	<u>825</u>

(c.1.2) Processos de natureza fiscal não provisionados

- Processo 16707.003570/2005-57 e Processo 10469.725077/2011-11 - Lucro da Exploração

A Companhia sofreu autos de infração lavrados na esfera administrativa pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Recurso Voluntário nº 154.775), tendo como objeto a não exclusão das receitas de alugueis da base de cálculo do lucro da exploração, utilização de incentivos fiscais do imposto de renda, no período de 2001 a 2004 e de 2006 a 2009, cujos valores históricos montam a R\$ 129.140 e R\$ 29.992, que atualizados até 31 de dezembro de 2013 representam R\$ 183.334 e R\$ 32.633 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 179.601 e R\$ 31.713).

A administração do Grupo entende, conforme pareceres de tributaristas e dos advogados que acompanham esses processos, que a possibilidade de perda é remota, logo, nenhuma provisão foi constituída.

(c.2) Consolidado

(c.2.1) Processos de natureza fiscal provisionados

Os processos tributários encontram-se em fase de defesa administrativa ou em julgamento, como segue:

- Salário-educação - Ação Ordinária

Através da Ação Ordinária nº 97.003.4561-0 e respectiva Ação Cautelar nº 98.03.067518-4, a Companhia questionou a cobrança da contribuição do salário-educação. A partir da edição da Súmula 732 do Supremo Tribunal Federal (STF), a questão restou pacificada no sentido da constitucionalidade da referida contribuição. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) procedeu à lavratura de Notificações para Recolhimento de Débitos (NRD's) cujos valores foram inteiramente provisionados à época em face da possibilidade de perda provável da demanda. Os lançamentos efetuados através de tais NRD's foram impugnados na esfera administrativa pela Companhia, tendo em vista o entendimento de seus assessores jurídicos sobre a ocorrência da decadência de parte do período lançado, tese que veio a ser acolhida em decisão definitiva e que motivou a reversão da parte da provisão correspondente ao período atingido pela decadência. No exercício de 2013, houve o pagamento de NRD referente ao período não abrangido pela decadência, remanescendo a provisão de R\$ 1.032.

- PIS e COFINS – Créditos

A controlada Lojas Riachuelo, apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, efetua a inclusão de despesas consideradas como essenciais para sua atividade-fim na base de apuração de créditos de PIS e COFINS. Mensalmente, tais despesas são incluídas na base de cálculo das referidas contribuições, reduzindo o valor a pagar. A Controlada constituiu provisão para riscos sobre tais créditos no valor de R\$ 49.024, dos quais R\$ 3.549 foram constituídos em 2013.

- PIS e COFINS – Faturamento de Manaus

A controlada Lojas Riachuelo, apoiada no parecer de seus assessores jurídicos e na liminar obtida, efetuou em 2013 a exclusão do faturamento das filias de Manaus para apuração de débitos de PIS e COFINS. Para tais débitos foram constituído uma provisão no valor de R\$ 6.365 até 31 de dezembro de 2013.

(c.2.2) Processos de natureza trabalhista e cível provisionados

Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial e verbas rescisórias, entre outros. Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundos de seus clientes.

A provisão para esses processos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Os assessores jurídicos internos do grupo fazem a análise individual dos processos, levando em consideração o risco de perda e também se baseando em experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados.

A controlada indireta Midway Financeira, possui processos de natureza cível, cuja provisão constituída em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 3.954 (R\$ 3.343 em 31 de dezembro de 2012). A controlada Lojas Riachuelo possui R\$ 9.872 (R\$ 9.024 em 31 de dezembro de 2012) e na Guararapes Confecções R\$2.200 em 31 de dezembro de 2013 de provisão de natureza trabalhista e cível, totalizando R\$ 16.026 (R\$ 12.367 em 31 de dezembro de 2012).

O quadro abaixo apresenta o resumo dos valores provisionados e seus respectivos depósitos judiciais, quando aplicável, por processo.

<u>Provisionado</u>	Consolidado		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 PIS/COFINS sobre o ICMS	71.676	(72.657)	(981)
INCRA/INSS	4.358	(2.316)	2.042
Salario-Educação	1.033	-	1.033
PIS/COFINS - Créditos	55.389	-	55.389
Processos de natureza trabalhista e cível	16.026	-	16.026
Total em 31 de dezembro de 2013	<u>148.482</u>	<u>(74.973)</u>	<u>73.509</u>

<u>Provisionado</u>	Consolidado		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 PIS/COFINS sobre o ICMS	57.779	(58.476)	(697)
INCRA/INSS	4.358	(2.836)	1.522
Salario-Educação	2.756	-	2.756
PIS/COFINS - Créditos	40.308	-	40.308
Processos de natureza trabalhista e cível	12.367	-	12.367
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>117.568</u>	<u>(61.312)</u>	<u>56.256</u>

(c.2.3) Processos possíveis não provisionados

A contralada Lojas Riachuelo possui reclamações tributárias em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 84.682 (R\$ 44.721 em 31 de dezembro de 2012), para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível; portanto, não há provisão constituída, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os principais processos estão descritos a seguir:

- PIS – Auto de infração sobre compensação indevida (período de 1989 a maio de 1992)

Refere-se ao auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal - SRF, tendo como objetivo a realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral no período de 1989 a maio de 1992, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R\$ 19.753.

A Lojas Riachuelo realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial no 92.0066185-8, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, razão pela qual interpôs recurso administrativo que depende de decisão. Esse encargo não foi provisionado tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da controlada, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo.

- PIS – Auto de infração sobre compensação indevida (período de junho de 1992 a janeiro de 1995)

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF lavrou auto de infração em virtude da realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral a partir de junho de 1992 até janeiro de 1995, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R\$ 17.780 e encontra-se suspenso em virtude de recurso administrativo.

A controlada Lojas Riachuelo realizou a compensação na via administrativa com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial no 92.0055201-3, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, inclusive com aceite da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN nos autos, razão pela qual decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da Lojas Riachuelo, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A..

- PIS - auto de infração base de cálculo indevida

Tramitava na esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SFR, auto de infração, lavrado por aquele órgão, tendo como objeto a realização de compensação de valores relativos ao PIS indevidamente calculados e recolhidos com a inclusão das receitas financeiras na base de cálculo, cujo valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R\$ 6.068. Atualmente, essa fase administrativa encontra-se encerrada, passando o questionamento para o Judiciário através da execução fiscal no 0014723-34.2010.403.6182 devidamente garantida por carta de fiança bancária e suspensão pela interposição de Embargos à Execução no 0026003-02.2010.403.6182.

A controlada Lojas Riachuelo realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial no 88.0038891-4, que reconheceu definitivamente o direito ao crédito em virtude da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis no 2445/88 e no 2449/88, razão pela qual se decidiu não provisionar esse encargo, tendo em vista que essa arrecadação foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF, com avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

- PIS / COFINS - Auto de Infração - glosa de créditos

A controlada Lojas Riachuelo S.A. realizou a tomada de créditos de PIS e COFINS sob o regime não-cumulativo de apuração, os quais foram glosados pela Secretaria da Receita Federal – SRF mediante a lavratura de auto de infração n.º 19515.72081/2013-19, cujo valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R\$ 33.952. A discussão está na fase administrativa e não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

- Refis – Lei Federal nº 11.941/09

A Controlada Lojas Riachuelo, apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, aderiu ao “Refis da Crise” efetuando o parcelamento em 60 (sessenta) meses de débitos federais no montante total de R\$ 22.615.

(d) Depósitos judiciais e outros

(d.1) Composição do saldo

Os tributos e as obrigações trabalhistas discutidos nas esferas administrativas e judiciais garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
ICMS - Execução fiscal (*)	-	-	5.596	5.596
INSS	-	-	574	554
Outros (**)	3.890	3.366	5.543	4.277
Total	<u>3.890</u>	<u>3.366</u>	<u>11.713</u>	<u>10.427</u>

- (*) ICMS – Execução fiscal: tendo por exequente a Fazenda do Estado Rio de Janeiro. Em setembro de 2009, foi ajuizada execução fiscal contra Lojas Riachuelo que tramita perante a 11ª Vara da Fazenda Pública daquele Estado sob o nº 2009.001.228723-0. Através da referida execução fiscal, o Fisco Estadual executa um montante de R\$ 5.596, originado através da modalidade de arbitramento administrativo dos valores relativos às operações tributadas realizadas no exercício de 2004 pela controlada Lojas Riachuelo no Estado do Rio de Janeiro, com a inserção de um percentual de 70% sobre as saídas de mercadorias promovidas pelo estabelecimento. Discordando do entendimento do Fisco Estadual e uma vez garantido o Juízo através de depósito integral do montante executado, depósito este realizado em dezembro de 2009, a controlada apresentou embargos à execução fiscal que representaram a suspensão do curso da execução e remessa dos autos para julgamento do mérito em primeira instância judicial. A controlada, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos, decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista que a probabilidade de perda desse processo foi avaliada como possível.
- (**) No item “Outros” de 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, está incluso o valor de R\$ 434, referente a empréstimos compulsórios.

(d.2) Mapa de movimentação do saldo

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.682	8.220
Depósitos	2.175	3.023
Baixa de depósito	(491)	(816)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.366	10.427
Depósitos	1.331	2.161
Baixa de depósito	(807)	(875)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.890	11.713

20 Imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (15% para a Midway Financeira).

O efeito dos impostos diferidos ativos e passivos está apresentado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	-	-	13.044	21.983
Contribuição social sobre base negativa	-	-	4.808	7.195
	-	-	17.852	29.178
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	52.617	43.159
Provisão para contingências e impostos a recolher	25.828	21.103	49.949	41.321
Custo atribuído	(82.598)	(84.888)	(96.009)	(95.077)
Outras provisões temporárias	-	-	17.307	12.486
Total	(56.770)	(63.785)	41.716	31.067
Ativo não circulante	-	-	111.897	105.041
Passivo não circulante	(56.770)	(63.785)	(70.181)	(73.974)
	(56.770)	(63.785)	41.716	31.067

Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	-	-	17.852	29.178
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	52.617	43.159
Provisão para riscos trabalhista, fiscais e cíveis e impostos a recolher	25.828	21.103	67.256	53.807
Total	25.828	21.103	137.725	126.144

A expectativa de realização está assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
2013	-	-	-	59.903
2014	-	-	75.001	9.998
2015	-	-	3.427	14.773
2016	-	21.103	3.805	36.506
2017	25.828	-	42.816	4.964
2018	-	-	12.676	-
Total	25.828	21.103	137.725	126.144

As controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis que tomou como base as projeções de rentabilidade futura e o limite de 30% do lucro tributável para compensação anual, conforme legislação vigente, registrou em suas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2013 o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias anteriormente demonstradas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos – Passivo

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre a adoção aos IFRS e CPCs	82.598	84.888	96.009	95.077
Total	82.598	84.888	96.009	95.077

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ajuste de avaliação patrimonial sobre a adoção aos IFRS e CPCs	242.935	249.671	282.379	279.638
Total	242.935	249.671	282.379	279.638
IR diferido à alíquota de 25%	60.734	62.418	70.595	69.910
CSLL diferida à alíquota de 9%	21.864	22.470	25.414	25.167
Total	82.598	84.888	96.009	95.077

Despesa com imposto de renda e contribuição social

As despesas do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro 2013 e de 2012 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	Controladora	
	2013	2012
Lucro contábil antes do IR e CS	442.225	400.162
Alíquota nominal do IR e CS	34%	34%
IR e CS às alíquotas combinadas	(150.357)	(136.055)
Ajustes ao lucro que afetam o resultado do exercício:		
Adições (exclusões) temporárias:		
Equivalência patrimonial	52.089	51.094
Incentivos fiscais - IR	33.939	46.437
IR e CSLL sobre juros capital próprio	40.149	
Créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias	4.725	3.586
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs	2.291	3.333
Despesas Indedutíveis	415	892
Tributos com exigibilidades suspensas	(4.892)	(3.898)
Imposto de renda e contribuição social no resultado (corrente e diferido)	(21.641)	(34.611)
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Corrente	(28.657)	(41.530)
Diferido	7.016	6.919
Total	(21.641)	(34.611)
Saldo apurado a pagar	28.657	41.530
Pagamentos antecipados	(28.944)	(41.561)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	1.033	1.064
Imposto de renda e contribuição social a recolher	746	1.033

	Consolidado	
	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	536.345	484.055
Alíquota nominal - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social, nominais	(182.357)	(164.579)
Conciliação		
Diferença de alíquota nominal aplicada na controlada indireta Midway Financeira	(12.615)	(10.867)
Diferenças temporárias:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	(3.371)	(6.668)
Incentivos Fiscais - IR	33.939	46.437
IR e CSLL sobre juros do capital próprio	40.149	
Despesas indedutíveis	(5.430)	8.969
Lucros nos estoques	1.726	(2.124)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças temporárias de exercícios anteriores	4.739	9.035
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção do CPCs	7.459	1.293
Total	(115.761)	(118.504)
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Correntes	(134.899)	(128.832)
Diferidos	19.138	10.328
Total	(115.761)	(118.504)
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	134.899	128.832
Pagamentos antecipados	(128.102)	(95.727)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	82.613	49.508
Imposto de renda e contribuição social a recolher	89.410	82.613

A Companhia possui saldo credor de correção monetária especial, instituída pelo Artigo 2º da Lei no 8.200/91, sujeito à tributação futura, no montante de R\$ 9.093 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 9.517). Essa correção monetária foi registrada para os imóveis comerciais (Nota 13.1), e o imposto de renda é calculado e contabilizado de acordo com a realização desses bens, por depreciação ou alienação, nos termos da Instrução CVM no 176/92. O imposto de renda e a contribuição social sobre o referido saldo no valor de R\$ 3.091 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 3.236).

Os créditos diferidos do imposto de renda sobre o lucro líquido, apresentados no ativo não circulante, são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social e são contabilizados quando há expectativa provável de realização desses ativos em curto prazo, estando registrados pelas alíquotas que estão vigentes na época da sua realização.

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pago até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 está representado por 62.400.000 ações nominativas escriturais, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 13 de abril de 2013, foi autorizada a elevação do capital social da Companhia de R\$ 2.000.000 para R\$ 2.300.000, sem aumento de ações, mediante a capitalização de Reservas de Lucros no montante de R\$ 300.000 (na de 30 de abril de 2012, o aumento foi de R\$ 1.700.000 para R\$ 2.000.000).

Composição com destaque dos principais acionistas						
Acionista	Total	%	Escritural Ordinária	%	Escritural Preferencial	%
NEVALDO ROCHA	13.086.127	20,97	5.752.844	18,44	7.333.283	23,50
LISIANE GURGEL ROCHA	13.045.964	20,91	6.122.414	19,62	6.923.550	22,19
ELVIO GURGEL ROCHA	12.801.760	20,52	5.933.210	19,02	6.868.550	22,01
FLAVIO GURGEL ROCHA	12.701.759	20,36	5.833.209	18,70	6.868.550	22,01
NEWTON ROCHA DE OLIVEIRA JR	1.060.500	1,70	590.500	1,89	470.000	1,51
CAIXA VINCI VALOR FIA	686.400	1,10	686.400	2,20	-	-
KONDOR INSTITUCIONAL SMALL CAP						
FI DE ACOES EXCLUSIVO	459.800	0,74	459.200	1,47	600	0,00
NILTON FERREIRA DO MONTE	375.500	0,60	5.500	0,02	370.000	1,19
OSWALDO APARECIDO NUNES	373.000	0,60	203.400	0,65	169.600	0,54
CSHG VERDE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	372.155	0,60	372.155	1,19	-	-
RODRIGO MONTE ROCHA	296.300	0,47	20.300	0,07	276.000	0,88
FALKON EQUITIES LLC	234.000	0,38	234.000	0,75	-	-
OUTROS	6.906.735	11,07	4.986.868	15,98	1.919.867	6,15
TOTAL	62.400.000	100,00	31.200.000	100,00	31.200.000	100,00

O capital social da Companhia é dividido em:

- Ações ordinárias

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembléia Geral.

- Ações preferenciais

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, fixados pela Assembleia Geral dos Acionistas e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia, além da vantagem de dividendos superiores às ações ordinárias em 10%, nos termos da Lei nº 10.303/01. Adicionalmente, as ações preferenciais estabelecem preferência para subscrição de ações da mesma classe, no aumento do capital social, na proporção do número de ações de cada acionista.

21.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com o Art. 4-A da Lei nº 6.474/76, as ações em circulação no mercado estão custodiadas no Banco Itaú S.A.

Os dividendos apurados em 2013 e a proposta de 2012, foram estabelecidos como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	420.584	365.551
Incentivo fiscal do imposto de renda	(33.939)	(46.437)
Constituição de reserva legal	<u>(19.332)</u>	<u>(15.956)</u>
Base de cálculo do dividendo	367.313	303.158
Dividendo mínimo obrigatório	91.828	75.789
Dividendo adicional proposto	-	338
Dividendo proposto	<u>91.828</u>	<u>76.127</u>
Percentual sobre a base de cálculo - %	25,00	25,11

Demonstramos a movimentação dos dividendos a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	76.505	76.447
Dividendos Complementares	338	207
Pagos no exercício	(33.425)	(33.392)
Utilização para elevação dos saldos de partes relacionadas (*)	(42.441)	(42.441)
Dividendos prescritos em 2012 e 2011	(153)	(105)
Dividendos proposto de 2012 e 2011	-	75.789
Saldo final	<u>824</u>	<u>76.505</u>

(*) Dividendos dos acionistas majoritários transferidos para partes relacionadas (contrato de mútuo).

	Quantidade de ações	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Dividendo por ação:			
Ordinária – R\$ 1,4015 (2012 - R\$ 1,16)	31.200.000	43.728	36.192
Preferencial – R\$ 1,5412 (2012 - R\$ 1,28)	31.200.000	48.100	39.935
		<u>91.828</u>	<u>76.127</u>

Em 13 de setembro de 2013 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, aprovando a alteração do Estatuto Social da Companhia, para a inclusão da remuneração aos acionistas através do Juro sobre Capital Próprio – JCP.

A administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2013, a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 118.086, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2013, refletem somente os juros sobre o capital próprio, tendo em vista que os juros foram superiores ao cálculo dos dividendos mínimo obrigatório demonstrado acima.

Cálculo dos juros sobre capital próprio:

Descrição	Valor
Patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2012	2.526.929
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	(164.835)
(-) Complemento de dividendos proposto em 2012	(338)
Patrimônio líquido ajustado para o cálculo da JCP	2.361.756
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP	5,00%
Juros sobre capital próprio bruto	118.086
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(16.484)
Juros sobre capital próprio líquido a pagar	101.602
Juros sobre capital próprio bruto por ação	
Ações ordinárias - ON	1,8023
Ações Preferenciais - PN	1,9825

Não foi provisionado dividendos complementares, tendo em vista que os juros sobre capital próprio bruto, foram superiores aos dividendos mínimos obrigatórios.

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 31 de dezembro de 2013 de R\$ 287.614 (R\$ 279.888 em 31 de dezembro de 2012) foi transferido para uma reserva de lucros e será utilizado na modernização das fábricas e para aumento de capital de giro, conforme orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral até 30 de abril de 2014.

21.3 Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.

Reserva de investimentos

Os lucros, após as apropriações da reserva legal, reserva de incentivo fiscal - SUDENE e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital da Companhia.

O orçamento de capital da Companhia, com a justificativa de retenção de lucros para a reserva para investimentos propostos para o exercício de 2012, incluindo as fontes de recursos e aplicações de capital, foi aprovado na Assembleia Geral de 13 de abril de 2013.

Reserva de incentivos fiscais

Imposto de renda

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril, até o ano-base de 2017.

O incentivo fiscal do Imposto de renda vem sendo contabilizado diretamente à conta de imposto de renda no resultado, que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 33.939 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 46.437).

A administração da Companhia está destinando este incentivo, como Reserva de lucros – incentivos fiscais, que deverá ser aprovado na Assembléia Geral Ordinária. Os recursos promovidos pelo incentivo não são distribuídos como dividendos e serão totalmente incorporados ao capital, exigência contida nas normas da SUDENE, como condições de prestação de contas.

Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI concedido até agosto de 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês.

Adicionalmente, a Companhia é beneficiária de incentivos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI, concedidos até maio de 2019, sob a forma de financiamentos equivalentes a 75% do valor do ICMS. Os financiamentos estão sujeitos a juros de 3% a.a. e a atualização monetária com base na variação da TR. A amortização das parcelas ocorrerá com desconto de 99% do valor atualizado, após carência de 2 meses.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de despesas de ICMS por ocasião do pagamento que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 75.630 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 66.213).

Para operacionalização dos financiamentos, a Companhia mantém contrato firmado com o Bradesco S.A., no Estado do Ceará e a AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., no estado do Rio Grande do Norte, através de uma conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A.

21.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Custo atribuído do imobilizado

Conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs (1º de janeiro de 2009).

A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta de lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

Descrição	Custo atribuído do imobilizado	Tributos Diferidos	Custo atribuído do imobilizado Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	259.476	(88.221)	171.255
Realização da depreciação	(9.753)	-	(9.753)
Realização do imposto de renda e contribuição social	-	3.333	3.333
Saldo em 31 de dezembro de 2012	249.723	(84.888)	164.835
Realização da depreciação	(6.739)	-	(6.739)
Realização do imposto de renda e contribuição social	-	2.291	2.291
Saldo em 31 de dezembro de 2013	242.984	(82.597)	160.387

21.5 Outros resultados abrangentes – Ajuste e valor justo de investimentos

Referem-se aos ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo mantido pela controlada Midway Financeira, conforme Nota 7.

22 Partes relacionadas

(i) Saldos

Ativo circulante

		Controladora			
		Títulos e valores mobiliários		Contas a receber	
		2013	2012	2013	2012
<u>Controladas</u>					
Lojas Riachuelo					
- Duplicatas	(a)	-	-	266.743	233.526
- Aluguel, dividendos e outros	(b)	-	-	37.790	35.645
Midway Shopping Center Ltda.	(d)	-	-	28.185	26.178
Midway Financeira	(e)	58.297	116.772	-	-
		<u>58.297</u>	<u>116.772</u>	<u>332.718</u>	<u>295.349</u>

Passivo circulante e passivo não circulante

		Passivo Circulante	
		2013	2012
<u>Controladas</u>			
Lojas Riachuelo - Prestações		299	291
Total		<u>299</u>	<u>291</u>
		Controladora e Consolidado	
		Passivo não Circulante	
		2012	2012
<u>Mútuo - Acionista</u>			
Nevaldo Rocha - Presidente	(c)	96.401	74.232
Elvio Gurgel Rocha	(c)	<u>31.418</u>	<u>26.187</u>
Total		<u>127.819</u>	<u>100.419</u>

Demonstramos a movimentação do Mútuo - Acionista a seguir:

	2013	2012
Saldo inicial	100.419	56.575
Captação	-	-
Amortização	(24.946)	(5.044)
Transferência de dividendos (*)	42.441	42.441
Juros	<u>9.905</u>	<u>6.447</u>
Saldo final	<u>127.819</u>	<u>100.419</u>

(*) Conversão de dividendos a receber em captação de mútuo.

(ii) Transações

		Controladora	
		Receita	
		2013	2012
<u>Controladas</u>			
Lojas Riachuelo - Vendas	(a)	1.079.400	980.714
Lojas Riachuelo - Aluguel, dividendos e outros	(b)	51.570	50.239
Midway Financeira		5.749	5.773
Transportadora Casa Verde Ltda. - Aluguel		24	24
Total		<u>1.136.743</u>	<u>1.036.750</u>

- (a) Refere-se a transações de vendas de produtos de vestuário. As vendas para as Lojas Riachuelo são realizadas com prazos de vencimentos entre 30 a 90 dias. Adicionalmente, no contexto de estrutura verticalizada do Grupo, todas as vendas da controladora são destinadas exclusivamente para as Lojas Riachuelo.
- (b) Corresponde aos rendimentos auferidos com locação de imóveis à controlada Lojas Riachuelo, os quais são calculados a razão de 3% sobre o faturamento mensal da respectiva loja. Já para os imóveis ocupados por outros setores, são cobrados aluguéis fixos.
- (c) Foram firmados contratos de empréstimos entre a Companhia e seus acionistas, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2013, montava em R\$ 127.819 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 100.419) na controladora e no consolidado, com vencimentos para dezembro de 2015, e de remuneração correspondente a 99% da taxa do CDI.
- (d) Refere-se ao valor do lucro a distribuir da controlada Midway Shopping Center Ltda.
- (e) Refere-se a títulos e valores mobiliários da Companhia mantidos com a controlada Midway Financeira.

(iii) Divulgação de remuneração aos administradores

Os diretores da Companhia recebem somente honorários mensais fixos, divulgados na demonstração do resultado, e não gozam de outras vantagens, a não ser, os que são acionistas que recebem dividendos na proporção de suas ações, na base autorizada na Assembléia de acionistas. Tais honorários estão destacados na demonstração de resultado na conta de honorários da administração.

A remuneração dos diretores e membros da Administração reconhecida no resultado está apresentada abaixo, e não excederam o limite máximo aprovado na Assembleia realizada em 13 de abril de 2013:

<u>Remuneração</u>	Controladora	
	2013	2012
Do Conselho de Administração	1.238	1.061
Da Diretoria	3.705	3.176
Do Conselho Fiscal	346	296
Total	<u>5.289</u>	<u>4.533</u>

<u>Remuneração</u>	Consolidado	
	2013	2012
Do Conselho de Administração	1.238	1.061
Da Diretoria	11.174	10.961
Do Conselho Fiscal	346	296
Total	<u>12.758</u>	<u>12.318</u>

23 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Em dezembro de 2011, a Companhia e as suas controladas contrataram a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. para administrar o plano de previdência complementar, denominado “Riachuelo PREV”, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o estabelecido em contrato. O plano é de contribuição definida e é aberto para a participação de todos os funcionários, mediante desconto em folha de pagamento. Por ser um plano de contribuição definida, possíveis riscos atuariais (riscos de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e os riscos de investimento (risco de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelos empregados e não pela Companhia, além de não possuir nenhum benefício pós-aposentadoria.

As contribuições efetuadas pela Companhia e suas controladas e pelos participantes estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contribuição da Companhia	702	641	6.577	5.772
Contribuições dos funcionários	599	542	6.015	5.390
Total	1.301	1.183	12.592	11.162

24 Informações por segmento de negócios

O Grupo está amparado nos segmentos denominados “Varejo” e “Financeira”, através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

O segmento “Varejo” corresponde ao negócio de revenda de mercadorias realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País.

O segmento “Financeiro” corresponde às operações de crédito ao consumidor, concedidas por meio do cartão “Riachuelo”.

O segmento “Outros” corresponde à operação fabril, transportes e locação.

(a) Ativos e passivos

	2013				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	1.543.628	1.652.889	622.016	(1.199.190)	2.619.343
Ativo não circulante	1.803.207	56.541	2.845.480	(2.566.282)	2.138.946
Total do ativo	<u>3.346.835</u>	<u>1.709.430</u>	<u>3.467.496</u>	<u>(3.765.472)</u>	<u>4.758.289</u>
Passivo					
Passivo circulante	1.023.313	1.173.664	205.293	(1.161.342)	1.240.928
Passivo não circulante	465.527	3.953	218.758	-	688.238
Total do passivo	<u>1.488.840</u>	<u>1.177.617</u>	<u>424.051</u>	<u>(1.161.342)</u>	<u>1.929.166</u>
Patrimônio líquido	<u>1.857.995</u>	<u>531.813</u>	<u>3.043.445</u>	<u>(2.604.130)</u>	<u>2.829.123</u>
Total de passivo e patrimônio líquido	<u>3.346.835</u>	<u>1.709.430</u>	<u>3.467.496</u>	<u>(3.765.472)</u>	<u>4.758.289</u>
2012					
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	1.443.971	1.519.898	645.837	(1.237.571)	2.372.135
Ativo não circulante	1.411.834	51.557	2.867.587	(2.462.441)	1.868.537
Total do ativo	<u>2.855.805</u>	<u>1.571.455</u>	<u>3.513.424</u>	<u>(3.700.012)</u>	<u>4.240.672</u>
Passivo					
Passivo circulante	880.824	1.156.854	159.856	(1.202.412)	995.122
Passivo não circulante	513.527	3.342	201.752	-	718.621
Total do passivo	<u>1.394.351</u>	<u>1.160.196</u>	<u>361.608</u>	<u>(1.202.412)</u>	<u>1.713.743</u>
Patrimônio líquido	<u>1.461.454</u>	<u>411.259</u>	<u>3.151.816</u>	<u>(2.497.600)</u>	<u>2.526.929</u>
Total de passivo e patrimônio líquido	<u>2.855.805</u>	<u>1.571.455</u>	<u>3.513.424</u>	<u>(3.700.012)</u>	<u>4.240.672</u>

(b) Resultados

	2013				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	3.296.597	727.871	973.240	(928.618)	4.069.090
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.792.831)	(166.768)	(611.688)	919.402	(1.651.885)
Lucro bruto	1.503.766	561.103	361.552	(9.216)	2.417.205
Despesas com vendas	(1.252.810)	(190.729)	(10.260)	16.934	(1.436.865)
Despesas gerais e administrativas	(197.891)	(198.198)	(54.486)	64.327	(386.248)
Honorários	(5.299)	(2.170)	(5.289)	-	(12.758)
Outras receitas operacionais, líquidas	(3.442)	28.691	41.390	(76.170)	(9.531)
Resultado de equivalência patrimonial	120.490	-	153.203	(273.693)	-
Despesas operacionais	(1.338.952)	(362.406)	124.558	(268.602)	(1.845.402)
Lucro operacional	164.814	198.697	486.110	(277.818)	571.803
Receitas financeiras	24.485	24.927	15.658	(22.880)	42.190
Despesas financeiras	(56.173)	(26.000)	(18.576)	23.101	(77.648)
Resultado financeiro	(31.688)	(1.073)	(2.918)	221	(35.458)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	133.126	197.624	483.192	(277.597)	536.345

	2012				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	2.803.623	700.062	881.880	(839.570)	3.545.995
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.567.117)	(170.283)	(579.272)	841.703	(1.474.969)
Lucro bruto	1.236.506	529.779	302.608	2.133	2.071.026
Despesas com vendas	(1.038.768)	(185.457)	(9.207)	17.032	(1.216.400)
Despesas gerais e administrativas	(163.054)	(180.451)	(56.873)	61.352	(339.026)
Honorários	(5.757)	(2.028)	(4.533)	-	(12.318)
Outras receitas operacionais, líquidas	5.447	26.752	42.192	(73.169)	1.222
Resultado de equivalência patrimonial	109.995	-	260.259	(370.254)	-
Despesas operacionais	(1.092.137)	(341.184)	231.838	(365.039)	(1.566.522)
Lucro operacional	144.369	188.595	534.446	(362.906)	504.504
Receitas financeiras	32.330	25.140	25.555	(29.868)	53.157
Despesas financeiras	(55.057)	(32.628)	(15.850)	29.929	(73.606)
Resultado financeiro	(22.727)	(7.488)	9.705	61	(20.449)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	121.642	181.107	544.151	(362.845)	484.055

Os valores apresentados para conciliação dos saldos contábeis refletem as eliminações das transações entre partes relacionadas para fins de consolidação.

As práticas contábeis dos segmentos reportáveis são as mesmas adotadas pela Companhia, descritas na Nota 2. Essa é a mensuração reportada para o principal tomador de decisões operacionais para fins de alocação de recursos e avaliação do desempenho dos segmentos.

25 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora	
	2013	2012
Receita operacional bruta		
Vendas no atacado	1.085.598	984.607
	<u>1.085.598</u>	<u>984.607</u>
Deduções da receita operacional bruta		
ICMS	(140.355)	(128.026)
ICMS – Incentivo fiscal	75.630	66.212
IPI	(2.423)	(2.424)
COFINS	(79.962)	(72.366)
PIS	(17.361)	(15.711)
INSS	(10.521)	(12.259)
Devoluções de vendas	(3.452)	(927)
	<u>(178.444)</u>	<u>(165.501)</u>
Receita operacional líquida	<u>907.154</u>	<u>819.106</u>

	Consolidado	
	2013	2012
Receita operacional bruta		
Vendas no atacado	2.810	3.221
Vendas no varejo	4.816.736	4.059.547
Operações de crédito	770.415	740.266
Locação de lojas	52.813	47.204
Serviços de transportes	1	1
	<u>5.642.775</u>	<u>4.850.239</u>
Deduções da receita operacional bruta		
ICMS	(824.023)	(689.855)
ICMS – Incentivo fiscal	75.630	66.212
IPI	-	-
COFINS	(371.968)	(318.932)
PIS	(79.015)	(67.588)
INSS	(37.328)	(12.259)
ISS	(5.567)	(4.864)
Devoluções de vendas	(270.952)	(237.675)
Outros	(60.462)	(39.283)
	<u>(1.573.685)</u>	<u>(1.304.244)</u>
Receita	<u>4.069.090</u>	<u>3.545.995</u>

26 Custo dos produtos vendidos, serviços prestados, despesas com vendas, gerais e administrativas

26.1 Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora	
	2013	2012
<u>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</u>		
Mercadoria para revenda	(15.714)	(15.111)
Matéria-prima	(305.214)	(286.421)
Pessoal	(253.071)	(250.303)
Depreciação e amortização	(16.563)	(17.470)
Outros custos	(9.907)	(155)
Total de custo dos produtos vendidos e serviços prestados	<u>(600.469)</u>	<u>(569.460)</u>

	Consolidado	
	2013	2012
<u>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</u>		
Mercadoria para revenda	(995.483)	(799.005)
Matéria-prima	(248.091)	(255.223)
Pessoal	(205.707)	(223.039)
Depreciação e amortização	(16.737)	(17.659)
Outros custos (a)	(185.867)	(180.043)
Total de custo dos produtos vendidos e serviços prestados	<u>(1.651.885)</u>	<u>(1.474.969)</u>

- (a) Inclui os custos dos serviços prestados da Midway Financeira e da Transportadora Casa Verde Ltda. a terceiros.

26.2 Despesas com vendas

	Controladora	
	2013	2012
Despesas com pessoal	(1.373)	(1.500)
Serviços de terceiros	(8.431)	(7.219)
Serviços públicos	(64)	(96)
Depreciação e amortização	(126)	(123)
Outras despesas	(266)	(269)
Total	<u>(10.260)</u>	<u>(9.207)</u>

	Consolidado	
	2013	2012
Despesas com pessoal (a)	(524.559)	(420.901)
Serviços de terceiros	(177.268)	(168.705)
Serviços públicos	(70.933)	(72.041)
Despesa com aluguéis e condomínio	(169.566)	(132.088)
Provisão para credito de liquidação duvidosa e perdas incobráveis	(185.635)	(180.418)
Depreciação e amortização	(113.176)	(88.511)
Outras despesas	(195.728)	(153.736)
Total	<u>(1.436.865)</u>	<u>(1.216.400)</u>

- (a) O crescimento das despesas com pessoal é o reflexo do aumento de lojas da controlada Lojas Riachuelo. Em dezembro de 2013, esta controlada possui 212 pontos de vendas, contra 169 existentes em dezembro de 2012.

26.3 Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	2013	2012
Despesas com pessoal	(19.479)	(17.022)
Serviços de terceiros	(2.235)	(1.812)
Serviços públicos	(797)	(1.175)
Depreciação e amortização	(3.321)	(3.380)
Outras despesas	(13.467)	(12.662)
Total	<u>(39.299)</u>	<u>(36.051)</u>

	Consolidado	
	2013	2012
Despesas com pessoal	(162.560)	(154.725)
Serviços de terceiros	(44.080)	(26.278)
Serviços públicos	(5.806)	(11.483)
Depreciação e amortização	(33.821)	(28.781)
Outras despesas	(139.981)	(117.759)
Total	<u>(386.248)</u>	<u>(339.026)</u>

27 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora	
	2013	2012
Aluguéis	51.594	50.263
Recuperação de débitos	42	105
Depreciação e amortização	(6.057)	(6.011)
Outros	(4.477)	(2.543)
Total	<u>41.102</u>	<u>41.814</u>

	Consolidado	
	2013	2012
Recuperação de débitos(*)	42	5.284
Multa contratual	244	202
Depreciação e amortização	(6.057)	(6.011)
Outros	(3.760)	1.747
Total	<u>(9.531)</u>	<u>1.222</u>

- (*) As Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03 introduziram a sistemática de não cumulatividade na apuração de PIS e COFINS, objetivando a desoneração da carga tributária para as empresas enquadradas nessas novas regras. De acordo com essa nova sistemática, as alíquotas de PIS e COFINS sofreram majoração de 0,65% e 3% para 1,65% e 7,6%, respectivamente. Essas Leis também possibilitaram a geração de crédito de PIS e COFINS nas aquisições de bens e nos serviços contratados, necessários à atividade-fim do Grupo. Em 2011, a administração, com base na opinião de seus assessores legais, efetuou levantamento de créditos previstos nas Leis anteriormente referidas, da Lojas Riachuelo, compreendendo o período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011, mas não apropriados contabilmente na época, devido à sua incerteza em relação à legalidade dos créditos. O total de créditos apurados em 2011 foi de R\$ 6.453, sem considerar os efeitos de imposto de renda e contribuição social incidentes. Também foram apurados créditos de ICMS pagos indevidamente sobre transferência de determinados produtos no período de junho de 2006 a junho de 2011, os quais foram apurados e apropriados em 2011.

28 Resultado Financeiro

	Controladora	
	2013	2012
<u>Receitas Financeiras</u>		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	5.749	5.773
Juros ativos	4.638	7.771
Descontos obtidos	1.726	4.766
Variação cambial ativa	1.296	4.570
Outras receitas financeiras	-	1
	13.409	22.881
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(11.716)	(7.846)
Juros passivos	(5.610)	(6.805)
	(17.326)	(14.651)
Resultado Financeiro	(3.917)	8.230
	Consolidado	
	2013	2012
<u>Receitas Financeiras</u>		
Rendimentos aplicações financeiras	24.940	25.159
Juros ativos	5.063	8.055
Descontos obtidos	8.238	9.096
Variação cambial ativa	2.365	4.570
Outras receitas financeiras	1.584	6.277
	42.190	53.157
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(53.654)	(53.722)
Juros passivos	(18.567)	(13.269)
Tarifas bancárias	(1.358)	(995)
Descontos concedidos	(93)	(90)
Outras despesas financeiras	(3.976)	(5.530)
	(77.648)	(73.606)
Resultado Financeiro	(35.458)	(20.449)

29 Lucro por ação

(a) Básico/diluído

O lucro básico/diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

Demonstramos a reconciliação do lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação:

	2013	2012
Numerador básico/diluído		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas	420.584	365.551
Denominador básico/diluído		
Ações disponíveis - mil	62.400	62.400
Lucro líquido básico/diluído por ação - R\$		
ON	6,41917	5,57923
PN	7,06109	6,13715

O lucro por ação diluído é igual ao básico, em virtude da inexistência de ações potenciais com efeito de diluição.

30 Arrendamento operacional – locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada Midway Shopping Center Ltda. possuía 280 contratos de locação de suas lojas firmados, sendo 273 com terceiros e 1 com a parte relacionada Lojas Riachuelo, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem receita de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguéis das áreas brutas locáveis (“ABL”) do Shopping Midway possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente a 3% e a 5% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco a quinze anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2013, as receitas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 50.854 (R\$ 48.246 em 31 de dezembro de 2012) no Midway Shopping Center Ltda. e R\$ 48.124 (R\$ 45.471 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

A previsão das receitas futuras da controlada Midway Shopping Center Ltda., oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2013 totalizam um montante mínimo de R\$ 541.944, sendo:

Vencimento	Valor
2014	60.300
2015	62.289
2016	64.345
2017	66.468
Demais vencimentos até 2021	288.542
Total	541.944

31 Compromissos, obrigações e direitos contratuais

(a) Entre partes relacionadas

A Lojas Riachuelo é locatária em 49 contratos de aluguel de imóveis (prédios e lojas) da Companhia, dos quais 45 são de lojas, onde os aluguéis são calculados a 3% do faturamento bruto (vendas com impostos) e os demais contratos geram um aluguel de R\$ 899 a serem pagos mensalmente, sendo 2 centros de distribuição, 1 prédio ocupado pela matriz da Lojas Riachuelo e 1 depósito na região de Brasília-DF.

(b) Com terceiros

A controlada Lojas Riachuelo possui compromissos, obrigações e os direitos contratuais, dados ou recebidos, não registrados no balanço em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
Compromisso e/ou obrigação	
Carta de fiança concedida por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	128.525

(c) Arrendamento operacional – Locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada Lojas Riachuelo possuía 212 (169 em 31 de dezembro de 2012) contratos de locação de lojas firmados com terceiros ou com a sua controladora Guararapes, para os quais a administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de dez anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa da Companhia possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar pagos a terceiros, totalizaram R\$ 108.916 (R\$ 82.901 em 2012). O saldo da rubrica "Arrendamento operacional - locação de lojas", relacionado a aluguéis de terceiros, é de R\$ 10.112 (R\$ 4.081 em 2012).

Os compromissos futuros, oriundos desses contratos com terceiros, a valores de 31 de dezembro de 2013, totalizam um montante mínimo de R\$ 1.081.868, sendo:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
2014	138.261
2015	149.002
2016	143.858
2017	134.747
2018	125.574
2019 a 2028	390.426
	<u>1.081.868</u>

32 Cobertura de seguros

A Controladora mantém a política de não contratar seguros contra incêndios para parte substancial dos seus ativos. Essa política leva em consideração os seguintes aspectos:

- (a) Parque fabril distribuído em cinco fábricas segregadas fisicamente;
- (b) Imóveis comerciais e os estoques de produtos estão segregados fisicamente;
- (c) Sistemas de processamento de dados protegidos por “backup”;
- (d) Todas as instalações possuem aparelhamento específico para combate imediato a eventuais incêndios; e
- (e) Em aproximadamente 50 anos de existência da Controladora, não há históricos de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

As premissas de risco adotadas, dada à natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A controlada Lojas Riachuelo possui seguros contra incêndio para os três Centros de Distribuição (São Paulo, Natal e Manaus), com cobertura para as instalações, os equipamentos e as mercadorias.

Para as lojas, é mantida a política de não contratar seguro contra incêndio, levando em consideração o aspecto dos imóveis comerciais (grande maioria localizada em shopping centers) e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente. Não há histórico de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

Os valores contratados são baseados em opinião dos consultores de seguros, para fazer face aos riscos envolvidos.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio (CD's)	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça/lucros cessantes	360.000
Aeronave	Queda	164.232
Mercadorias	Transporte Nacional/Internacional	100% Segurado

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

33 Informações adicionais aos fluxos de caixa

A Administração da Companhia define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Os saldos que compõem esta conta estão representados conforme Nota 6. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 houve movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas, como segue:

Valores que não afetaram o Fluxo de Caixa	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Dividendos propostos	-	75.789	-	75.789
Juros sobre capital próprio propostos	118.086	-	118.086	-
Transferência de Contas a Receber de Clientes para Investimentos em Controladas	300.000	250.000	-	-
Aumento do capital social da Controladora com a capitalização de reservas	300.000	300.000	300.000	300.000

34 Eventos Subsequentes

A controlada Lojas Riachuelo S.A. firmou um contrato de locação para um novo centro logístico com a empresa GLP - Global Logistic Properties, localizado em Guarulhos/SP. O novo centro logístico contará com uma área de 106.000m², com o início das operações previsto para 2015. O novo centro logístico de Guarulhos passará a operar no lugar do antigo e será fundamental para dar suporte necessário à estratégia de expansão da Companhia, ampliando e aprimorando sua capacidade de distribuição.